

Uma visão política da questão da dívida

por Tom Camargo
de Londres

Existe dentro do governo inglês uma clara divisão quanto à forma com a qual deve ser tratada a questão da dívida externa brasileira.

Nesta segunda-feira, após ter passado pelos gabinetes do chanceler do erário (o ministro da Fazenda local), do ministro das Relações Exteriores e do governador (presidente) do Banco da Inglaterra (banco central), o ministro Dilson Funaro deverá constatar tal desunião de forma concreta e talvez também registre que a tendência predominante é a encabeçada pelo Tesouro, cujo titular já mais de uma vez deixou claro ao governo brasileiro que insiste na completa obediência às regras do jogo do mercado financeiro internacional, isto é, a presente suspensão do pagamento do serviço da dívida é "intolerável" e "pouco propícia à definição de uma solução duradoura do problema brasileiro."

O Banco da Inglaterra, que não tem a mesma independência do Federal Reserve (o banco central norte-americano) ou do Bundesbank (o banco central alemão), funcionando

em parte como um apêndice do Tesouro, endossa completamente tal ponto de vista.

O Foreign Office, preocupado com as repercussões de longo prazo do pragmatismo thatcherista, preferiria ver uma abordagem mais suave do problema da dívida internacional por parte do número 10, Downing Street (residência oficial dos primeiros-ministros britânicos), algo que auxiliasse o país a fortalecer sua política externa em frentes abandonadas pela atual administração, à qual se pode acusar de concentrar toda sua energia no alinhamento automático com Washington e na, por vezes canhestra, participação em incidentes (bombardeio da Líbia, por exemplo) perfeitamente contornáveis.

No final do ano passado, quando fez seu último "tour" pela Europa, Funaro visitou Nigel Lawson, o chanceler do erário, e a conversa não foi animadora. Um assessor do ministro contou depois que Lawson foi cortês mas frio e escutou a mensagem brasileira sem fazer nenhum comentário.

O que Funaro tem a dizer agora é o mesmo, em essência, que disse em se-

Ext
tembro passado. Por isso, e também porque Lawson está dando os arremates finais na preparação de um orçamento público especialmente importante — da forma como tal orçamento será recebido dependerá, em parte, a decisão da primeira-ministra sobre a convocação antecipada de eleições gerais —, acredita-se que será baixo o nível de cooperação oferecido ao Brasil.

O governo Thatcher tem suavizado, por razões eleitorais, seu discurso político dirigido ao público doméstico. A insistência, por exemplo, em valores vitorianos como os do "ajude-se a si mesmo" e "a cada um o de si, pelo mérito próprio", tem sido substituída pela procura

(Continua na página 18)

Uma visão política da questão da...

por Tom Camargo
de Londres

(Continuação da 1ª página)

de um "perfil compassivo" para a primeira-ministra.

Nos últimos meses ela tem insistido em se mostrar preocupada com os velhos (no meio de um inverno rigoroso autorizou, em tempo recorde, um auxílio extra para aquecimento doméstico de aposentados), com os desempregados e outras minorias.

Mas a atitude de seu governo em relação a devedores internacionais parece ter-se tornado simétrica: antes mais dura, tanto que todos os bancos supervisionados pelo Banco da Inglaterra têm sido sistematicamente instados a melhorar suas bases de capital próprio e a aumentar suas provisões para devedores duvidosos.

Todos têm sido informados de que o governo não servirá como fiador daqueles que não tiverem a própria casa em ordem. "É claro que uma comção generalizada levará o governo a intervir", disse na semana passada um grande credor do Brasil, "mas se o golpe não for muito grande, a filosofia é de que cada um pague por si, com os lucros e outros fundos."

Até hoje o ECGD, que é o Eximbank britânico, ainda não restaurou as linhas de crédito para financiamentos comerciais ao Brasil, apesar de o recente acordo com o Clube de Paris ter deixado explícito que tal aconteceria.

EXPORTADORES INSISTEM

Exportadores britânicos, individualmente ou através de seus organismos de representação, têm insistido, com o apoio do Foreign Office, em mudar tal disposição. Mas a heterodoxia brasileira, conseguindo um acerto com o Clube de Paris sem estar sob um programa do Fundo Monetário Internacional (FMI) não repercutiu bem junto ao Tesouro de sua majestade.

"Este acordo é manco", disse um funcionário do Tesouro, depois que o Brasil havia assinado com o Clube. "Não ficaremos sozinhos se não soltarmos as linhas de financiamento", observou.

"Não faz sentido procurar uma solução de compromisso para o papel do FMI e do Banco Mundial (no cenário da renegociação da dívida)", disse o governador do Banco da In-

laterra, Robin Leigh-Pemberton, a dezenas de banqueiros no dia 2 de fevereiro, durante o banquete anual do Clube dos Banqueiros Estrangeiros.

"O reescalonamento de débitos só faz sentido se acompanhado de programas de ajustamento sérios e práticos. É essencial manter a integridade de tais programas, e qualquer tentativa de enfraquecer (os critérios) de condicionalidade serão contraproduativos para devedores e para a credibilidade de longo prazo do FMI e do Banco Mundial", comentou também Leigh-Pemberton.

Quem manda de fato no governo britânico quer, portanto que o Brasil vá ao FMI, cumpra um programa de ajustamentos e assim se capacite para pagar sua dívida externa.

A revista The Economist, que se poderia dizer é um bom portador do lado iluminado do pensamento conservador na Grã-Bretanha, diz em seu último número que o Brasil foi à bancarrota, mas a falência de suas políticas (e políticas) é pior do que a escassez de moeda forte.

Chamando o País de "terra do lanche grátis", o periódico diz que, mesmo

tendo de fazer ajustamentos menos dramáticos do que os necessitados por outros devedores de peso, Brasília está paralisada por políticos preocupados apenas por suas ambições pessoais e incapacitados de legislar com eficiência, pois devem fazê-lo após 21 anos de administrações controladas por militares.

A POSIÇÃO DE THATCHER

A constatação de que o Brasil se transformou num exportador líquido de capitais, de que sua capacidade de gerar superávits comerciais de monta foi testada com sucesso por dois anos consecutivos e de que a crise da dívida, no caso específico do Brasil, foi precipitada pelos credores, que mudaram unilateralmente as regras do fluxo internacional de capitais, somam um argumento, mas falham quando se trata de convencer quem está do outro lado da mesa.

"Que eles cumpram sua parte, que nós cumprirmos a nossa", disse Margaret Thatcher quando da realização do encontro de cúpula dos industrializados em Londres, em 1984. Não há registro de que tal ponto de vista tenha mudado.